



Vilegiatura e mudanças de uso e ocupação no entorno do Lago Corumbá IV – Alexânia, Goiás

Vilegiatura y cambios de uso y ocupación en el entorno del Lago Corumbá IV – Alexânia, Goiás

Villagiature and changes in use and occupation in the surroundings of Lake Corumbá IV – Alexânia, Goiás

Alynne Cardoso de Oliveira

Universidade de Brasília (UnB)

alynne_cardoso@live.com

Fernando Luiz Araújo Sobrinho

Universidade de Brasília (UnB)

flasobrinho@unb.br

Resumo: A vilegiatura, originária do hábito aristocrático italiano de passar temporadas em villas no campo, reflete o desejo de deslocamento temporário para lazer em locais distintos da residência habitual. Esta prática social impulsiona a produção e (re)produção do tecido urbano, transformando áreas rurais em destinos turísticos e promovendo a valorização econômica dessas regiões. Com a urbanização, a busca por descanso consolidou a tendência das segundas residências em áreas turísticas, facilitada por financiamentos imobiliários, que, além de investimentos financeiros, simbolizam ascensão social e laços afetivos. Assim, a vilegiatura contribui para a contínua transformação do ambiente urbano e rural. O presente artigo se alicerça no conceito de vilegiatura para estudar os efeitos dessa atividade no município de Alexânia – GO. Como resultado, se conclui que a vilegiatura reorganiza significativamente o território no entorno do Lago Corumbá IV, em Alexânia – GO, transformando áreas agropecuárias em zonas de lazer e segundas residências, impulsionada pelo avanço imobiliário e pela demanda de moradores do Distrito Federal.

Palavras-chave: Vilegiatura. Turismo. Corumbá IV. Alexânia – GO.

Resumen: La *villegiatura*, palabra en italiano cuyo origen resulta de la costumbre de pasar temporadas en las villas del campo, refleja el anhelo de desplazarse temporalmente con fines de ocio hacia locales distintos de la vivienda habitual. Dicha práctica social impulsa la producción y reproducción de la red urbana, por lo que transforma las áreas rurales en destinos turísticos y promueve su valorización económica. Con la urbanización, la búsqueda por descanso consolidó la tendencia de las segundas residencias en áreas turísticas, las cuales las facilitan los financiamientos mobiliarios que, además de inversiones financieras, simbolizan ascensión social y vínculos afectivos. Así pues, la llamada *villegiatura* contribuye a la transformación continua del ambiente urbano y rural. El presente artículo se basa en este concepto para estudiar los efectos de la actividad en el municipio de Alexania, Goiás, en Brasil. Como resultado, se concluye que la *villegiatura* reorganiza de manera expresiva el territorio en el entorno del Lago Corumbá IV, y consecuentemente convierte las áreas agropecuarias en zonas de ocio y segundos domicilios, motivada por el avance inmobiliario y la demanda de los habitantes del Distrito Federal.

Palabras clave: Vilegiatura. Turismo. Corumbá IV. Alexânia – GO.

Abstract: Villagiature, originating from the Italian aristocratic habit of spending time in villas in the countryside, reflects the desire for temporary travel for leisure in places other than one's usual residence. This social practice drives the production and (re) production of the urban fabric, transforming rural areas into tourist destinations and promoting the economic valorization of these regions. With urbanization, the search for rest has consolidated the trend of second homes in tourist areas, facilitated by real estate financing, which, in addition to financial investments, symbolize social advancement and emotional ties. Thus, villagiature contributes to the continuous transformation of the urban and rural space. This article is based on the concept of villagiature to study the effects of this activity in the municipality of Alexânia – GO. As a result, it

is concluded that villagiature significantly reorganizes the territory around Lake Corumbá IV, in Alexânia – GO. This practice transformed agricultural areas into leisure areas and second homes, driven by real estate growth and demand from residents of Distrito Federal.

Keywords: Villagiature. Tourism. Corumbá IV. Alexânia – GO.

Introdução

Quando se anda pelas regiões administrativas do Distrito Federal e municípios do Entorno goiano e mineiro, é possível notar inúmeros anúncios de lotes a venda no Lago Corumbá IV, com a promessa de uma qualidade de vida em contato com a natureza, sossego e atividades ao ar livre como canoagem, caiaque, trilhas dentre outras. Localizado entre os municípios goianos de Abadiânia, Alexânia, Corumbá de Goiás, Luziânia, Novo Gama, Santo Antônio do Descoberto e Silvânia, o lago promete ser um grande atrativo para turistas e quem busca uma segunda residência.

Buscada por pessoas que geralmente residem em grandes cidades, as atividades de segundas residências, conhecidas como vilegiatura, tendem a se localizar em regiões em contato com a natureza, como áreas litorâneas ou áreas campestres. O avanço dessa atividade imobiliária nas áreas campestres acaba por gerar um processo de vilegiatura nas regiões, na qual uma população de maior renda migra para o interior em busca de uma alternativa de sossego durante períodos de folga, fora desses períodos, essa população se mantém na cidade, onde residem.

Em um cenário em que a paisagem se transforma e dinamiza em constante evolução, manifesta-se a necessidade de compreender melhor como o turismo associado a atividade de vilegiatura modifica e fomenta mudanças para o município de Alexânia – GO. É nesse contexto que funda a importância desse artigo.

O objetivo da pesquisa se concentra em estudar os efeitos da atividade de vilegiatura na região, além de indicar os estímulos que levaram ao grande avanço imobiliário em Alexânia – GO, contextualizar a atividade turística de segunda residência no município, analisar as consequências socioambientais desse avanço sobre a região costeira do lago.

O ponto de partida para atingir os objetivos da pesquisa se pautou na delimitação da área de estudo. Foi definido um *buffer* de 5 (cinco) quilômetros no entorno do Lago Corumbá IV em Alexânia – GO (figura 1), e, a partir da área delimitada, foi realizada a análise do avanço das áreas urbanizadas, que consiste nas atividades de segunda residência e lazer.

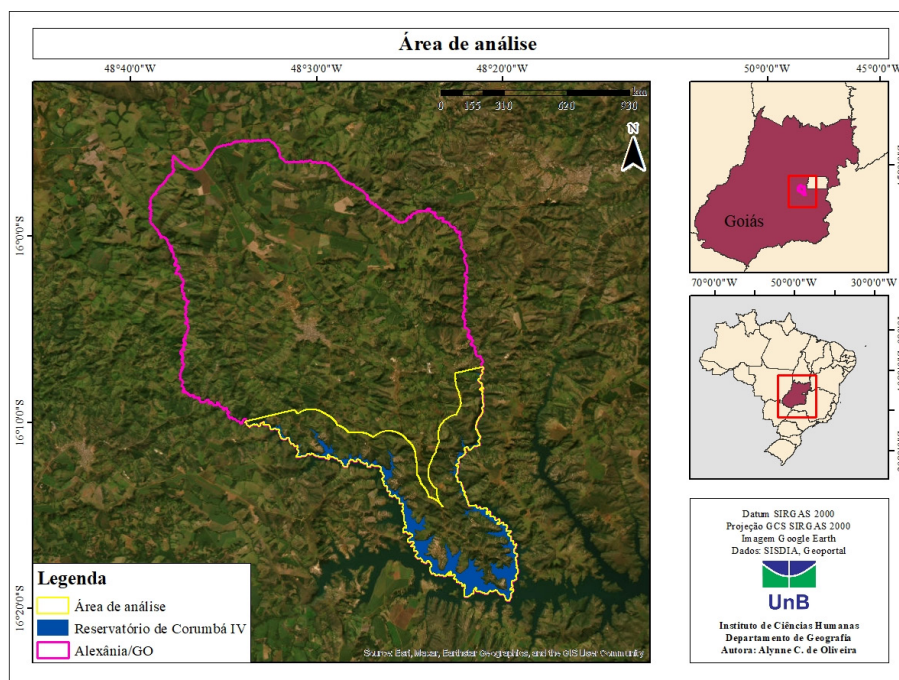


Figura 1 – Delimitação da área de estudo

Fonte: Os autores (2023)

Junto à delimitação da área de estudo, a presente pesquisa se baseou na revisão bibliográfica, reunindo estudos de fontes primárias e secundárias que dizem respeito sobre o turismo, reestruturação, Região Turística de Brasília e o município de Alexânia – GO, bem como a análise das políticas públicas e privadas relativas ao tema.

Turismo e transformações territoriais

Desde o *Grand Tour* – era das viagens organizadas, no século XX, o conceito de turismo vem se renovando de acordo com a dinamicidade das sociedades (Cruz, 2003, p. 4). A Organização Mundial de Turismo (OMT) conceitua que “turismo é uma modalidade de deslocamento espacial, que envolve a utilização de algum meio de transporte e ao menos um pernoite no destino; esse deslocamento pode ser motivado pelas mais diversas razões, como lazer, negócios, congressos, saúde e outros motivos, desde que não correspondem a formas de remuneração direta”. A abordagem fenomenológica define que o turismo é aquilo que as pessoas fazem de livre e espontânea vontade; já segundo a abordagem estruturalista, turismo é qualquer deslocamento em que a pessoa utilize equipamentos turísticos, que incluem transporte, hospedagem,

agenciamento etc. (Barreto, 2014). Uma definição mais recente adotada pela OMT compreende o turismo como “a soma de relações e de serviços resultantes de um câmbio de residência temporário e voluntário motivado por razões alheias a negócios ou profissionais”.

Se utilizando de diversos meios de transporte, ou de trajetos de diferentes distâncias, diferentes tempos de permanência, o turismo pode se apresentar em inúmeras possibilidades, independente do tipo de alojamento ou da/das localidades (Araújo Sobrinho, 2008, p. 31).

Segundo Cruz (2003, p. 5), o que entendemos hoje como turismo, consiste em uma prática social que envolve o deslocamento de pessoas pelo território, utilizando o espaço geográfico como seu principal objeto de consumo. O espaço geográfico se refere ao conjunto indissociável, solidário e contraditório de sistemas de objetos e ações, esses sistemas são considerados como um quadro único na história decorrente (Santos, 2006). No espaço, os objetos se fazem cada vez mais artificiais, sendo influenciado pelas ações, onde o sistema de objetos não se encontra isolado ao sistema de ações e o sistema de ações não se encontra isolado do sistema de objetos. Para compreender o turismo é necessário obter uma compreensão geográfica devido às transformações que o mesmo pode promover no espaço geográfico (Teles, 2009, p. 2).

Araújo Sobrinho (2008, p. 37) afirma que analisado como fenômeno, o turismo tem poder para produzir o espaço e criar territórios, bem como afirma Almeida (*apud* Castro, 2014, p. 37): “o turismo é uma revolução do território.”

A partir das transformações no modelo de sociedade, a compreensão das atividades de lazer foi sendo redefinidas de acordo com a reprodução do capital como momento da reprodução do espaço, sendo o mesmo capturado como mercadoria suscetível a ser consumida de forma diferenciada (Gomes, 2013, p. 32). Lefebvre (1997, p. 247 *apud* Gomes 2013) destaca que os espaços de lazer “constituem objeto de especulações gigantescas, mal controladas e frequentemente auxiliadas pelo Estado (construtor de estradas e comunicações, aval direto ou indireto das operações financeiras, etc.)”. Santos em “A natureza do espaço: técnica e tempo/ razão e emoção” (1996, p. 157) afirma que “cada modo de produção constitui uma etapa na produção da história e se manifesta pelo aparecimento de novos instrumentos de trabalho e

novas práticas sociais. Como produzir e produzir espaço são sinônimos, a cada novo modo de produção (ou a cada novo momento do mesmo modo de produção) mudam a estrutura e o funcionamento do espaço.”

Devido à reprodução do capitalismo na produção do espaço turístico, as áreas rurais acabam sofrendo transformações no que diz respeito à base econômica, ao adquirirem novas dimensões como espaços de recreio e lazer (Mendes, 2010, p. 656). Essas transformações que ocorrem no espaço em função do turismo se associam a signos como a realização de sonhos e desejos em lugares específicos, criando a satisfação momentânea dos indivíduos/consumidores. Momentânea por causa da necessidade constante de reformulação do universo de ofertas (Araújo Sobrinho, 2008, p. 38). Almeida (2006, p. 12) estabelece que, no contexto social e psicológico do turismo, há uma oportunidade para testar diferentes produtos e expressões culturais, visto que esse é um período fora do habitual, onde as pessoas têm liberdade para escolher suas atividades, buscando o prazer de experimentar algo novo. Esse caráter psicológico do turismo reproduz uma imagem de “lugares de felicidade”, na qual as pessoas se dirigem durante o tempo ocioso para reproduzir um “modo de vida” vivido por outras pessoas e difundido pelos meios de comunicação e informação (Araújo Sobrinho, 2008, p. 40).

Essa busca por “lugares de felicidade”, de lazer e descanso, ou contato com a natureza independentemente da época do ano e em concórdia com os momentos de folga das obrigações laborais permeiam um processo de urbanização centrada no estabelecimento de um crescente número de segundas residências (Oliveira, 2018, p. 16) em locais que recebem essa significância turística. Tauveron (1985 *apud* Castro, 2014, p. 21) afirma que a aquisição da segunda residência é uma estratégia patrimonial que pode alcançar várias gerações, um projeto de lazer ou de vida, são mais que alojamentos, são oportunidades de investimento e, para além da renda, podem significar investimento afetivo no que diz respeito ao sonho de posse, ascendência social etc. Por outro lado, Tulik (2001, p. 9 *apud* Castro, 2014, p. 21) declara que as residências secundárias constituem propriedades particulares utilizadas temporariamente, nos períodos vagos, por pessoas que têm sua residência permanente em outro lugar”.

O fenômeno de segunda residência está intimamente relacionado à consolidação da atividade de vilegiatura, sendo entendida como a forma necessária à prática da vilegiatura, como um par dialético, assim como o sistema de objetos está para o sistema de ações assinalados por Santos (2008) (Oliveira, 2018, p. 117). O termo vilegiatura surgiu em função de denominar o hábito aristocrata italiano de se dirigir, em determinadas estações do ano, para as *villas* no campo, com o objetivo de descansar e fugir da rotina (Oliveira, 2018, p. 16). Segundo Ambrósio (2005 *apud* Pereira, 2014, p. 140), a origem etimológica do termo vilegiatura origina-se do italiano *villeggiatura*, denominação vinculada ao termo *villa*, que se refere à casa de lazer, descanso, de ócio.

A vilegiatura reflete o desejo milenar no qual grupos sociais sentem a necessidade de deslocar-se de sua moradia dirigindo-se a outro local em que ficará temporariamente usufruindo das amenidades oferecidas (Pereira, 2014, p. 140). Ela se constitui como um produto social pré-moderno e pré-capitalista que possui como um dos desdobramentos desta prática social a urbanização e a (re)produção do tecido urbano (Gomes, 2013, p. 33).

É possível afirmar a relação próxima que apresenta a produção do espaço e a vilegiatura. O espaço produzido é intrínseco às dimensões vivenciadas, concebidas e percebidas das práticas sociais, e se manifesta como uma relação interdependente e cíclica, de forma que a vilegiatura depende do espaço para se concretizar, ao mesmo tempo em que o cria e molda ao longo do tempo, resultado de seu uso, apropriação, exploração e consumo. (Pereira 2012 *apud* Oliveira, 2018, p. 109).

A vilegiatura se manifesta quando pessoas ou grupos sociais delimitam um espaço e tempo específicos dentro de sua rotina diária para satisfazer suas necessidades de lazer. Isso significa encontrar prazer ao temporariamente se estabelecer em um local diferente de sua residência ou habitat usual (Pereira, 2014, p. 153). Pereira (2014, p. 156) comunica que espaços de habitação fixa e espaços de vilegiatura, antes de se oporem, são para grupos sociais um arranjo integrado à vida cotidiana, sendo o uso das segundas residências um alargamento de seus espaços de vida, nesse sentido, englobando também o habitar-se, dando significância ao termo residência.

A propriedade imobiliária moldou a prática visto que o acesso à segunda residência se popularizou devido às facilidades nos financiamentos imobiliários. O mercado imobiliário, com a obtenção de renda pela terra com a possibilidade de comercializar a mesma, onde emergem demanda turística, vislumbra a maximização dos lucros com esperada valorização. Contudo, obter a propriedade na *villa* não é condição necessária para vilegiaturar, mas apenas a posse do imóvel se faz necessária, seja por locação, empréstimo ou convite (Oliveira, 2018, p. 99-104).

Brasília e sua região turística

A transferência da Capital Federal para o Planalto Central reforçou e influenciou a formação da rede urbana na região, na qual foi determinada pelas novas atividades econômicas e pela localização dos centros de poder (Silva e Silva, 2011, p. 369). O turismo surge a partir da construção da capital. Após sua inauguração e consolidação, nos anos 70, o turismo é consolidado, sendo influenciado pela construção do Aeroporto Internacional Juscelino Kubistchek em 1972 e a integração rodoviária (Araújo Sobrinho e Soares, 2008, p. 106).

A integração rodoviária, que será comentada mais a frente, possibilitou a construção das rodovias BR-060 e 070, rompendo o isolamento de diversos municípios goianos. A descoberta de encantos culturais e naturais revelou a riqueza da cultura local, preservada nos centros históricos coloniais intocados pela modernidade. Além disso, a presença de vastas bacias hidrográficas e diversos rios com cachoeiras convidativas para banhos e contemplação impulsionou os primeiros fluxos turísticos, com visitantes vindos do Distrito Federal em direção às cidades goianas próximas (Araújo Sobrinho e Soares, 2008, p. 106).

Com o turismo consolidado em Brasília, a cidade se destaca como um importante polo turístico no Brasil, não apenas por ser a Capital Federal, mas também por oferecer uma infraestrutura voltada para eventos, encontros e negócios, especialmente entre empresas privadas e o governo federal, atraindo um número significativo de visitantes. Em 2007, a cidade foi reconhecida como um dos 65 principais destinos turísticos do Brasil e, em 2012, foi oficialmente estabelecida como a Região Turística de Brasília. Operante entre 2007 e 2011, o Programa de

65 Destinos Indutores tinha como principal função destacar e classificar os 65 principais destinos turísticos brasileiros, priorizando-os para o repasse de verbas do Ministério do Turismo (Sousa, 2018, p. 16).

Entre os anos de 2003 a 2006, foram elaboradas políticas voltadas a atividades turísticas centralizadas no I Plano Nacional de Turismo, que tinha como objetivo a descentralização, assim como a recuperação de objetos turísticos nas principais cidades turísticas do país (Brasil, 2007). O Plano consistia em nove macroprogramas. No quarto macroprograma dispunha a criação do “Programa de Regionalização do Turismo”, onde se criara uma nova instância governamental regional baseada no uso do território pelo turismo, resultando na delimitação de áreas nomeadas de “regiões turísticas”. No ano de 2007, com a implementação do II Plano Nacional do Turismo, o Programa de Regionalização do Turismo passa a ter maior protagonismo (Sousa, 2018, p. 16).

Na 13ª reunião do Conselho de Desenvolvimento de Turismo do Distrito Federal (CONDETUR), realizada em 28 de setembro de 2012, houve uma análise sobre o conceito da Região Turística de Brasília, culminando na ratificação estratégica da política turística pela Lei nº 4.883/2012. Essa lei definiu a Região Turística de Brasília (figura 2) como englobando não somente o Distrito Federal, mas também os municípios de Goiás e Minas Gerais que fazem parte da área designada como Região Integrada de Desenvolvimento Econômico, a conhecida RIDE (Sousa, 2018, p. 23).

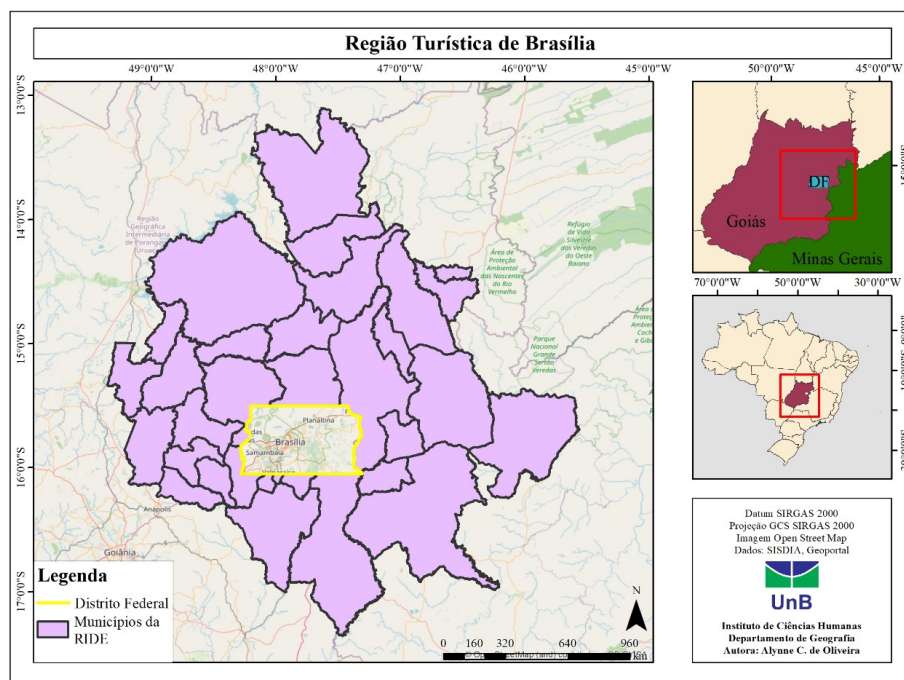


Figura 2 - Distrito Federal e municípios da RIDE que constituem a Região Turística de Brasília

Fonte: Os autores (2023)

Ainda segundo Sousa (2018, p. 24), três definições distintas são apresentadas para as Regiões Turísticas de Brasília: a primeira origina-se do Programa de Regionalização do Turismo, que estabeleceu a região com os mesmos limites territoriais do Distrito Federal; a segunda definição é a adotada pelo Governo do Distrito Federal e ratificada pela Lei nº 4.883/2012, seguindo os parâmetros do Ministério do Turismo, reconhecendo o Distrito Federal como uma região turística, mas teoricamente admitindo que alguns pontos turísticos em cidades vizinhas de Goiás e Minas Gerais, pertencentes a RIDE, também devem ser considerados parte dessa mesma região e a terceira definição, delineada por Steinberger (2009), vai além das cidades próximas, segundo a mesma, a Região Turística de Brasília não se limita apenas aos municípios próximos, mas se estende até a Chapada dos Veadeiros e outras cidades situadas a mais de 100 quilômetros do centro da Capital, isso se justifica pelo uso desses locais não apenas pelos habitantes de Brasília, mas também por pessoas que veem Brasília como um centro para atrair turistas, devido à concentração de infraestrutura.

Num perímetro aproximado de 200 quilômetros do Distrito Federal, emergem diversos pontos turísticos que oferecem experiências variadas. Entre eles estão Alto Paraíso de Goiás e o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, Pirenópolis, Caldas Novas e Formosa em Goiás, e Paracatu em Minas Gerais (Araújo Sobrinho e Soares, 2008, p. 106).

Eixo Brasília-Goiânia

O espaço é dotado de fixos e fluxos. Os fixos representam o próprio instrumento de trabalho e forças produtivas. Os fluxos são o movimento, a circulação, originários dessas “coisas” fixas. Cada tipo de fixo surge com suas características e, desse modo, a cada tipo de fixo se constitui uma tipologia de fluxo. Um fixo, é um objeto técnico, mas que também se caracteriza como um objeto social, graças aos fluxos (Santos, 1988). As diversas modalidades de infraestrutura, sejam elas de transporte, comunicação, entre outras, instaladas em um local, constituem elementos fixos que facilitam os fluxos. A fluidez resultante da presença de uma rede de infraestrutura moderna, que integra fixos e fluxos, cria os eixos urbanos (Luz, 2005, p. 8257).

A implementação de diversas políticas públicas relacionadas à infraestrutura de transportes pelo governo buscaram a integração do país por meio da ampliação das rodovias, na qual dispôs de um papel essencial tanto na ligação entre as regiões, quanto na capitalização do território nacional (Arrais, 2017 *apud* Silva, 2017).

A construção da nova capital promoveu a abertura de rodovias ligando o Brasil central as regiões Centro-Sul, Nordeste e Norte do país. Como resultado, a implementação de rodovias de integração nacional no Centro-Oeste repercutiu na rápida modernização do estado de Goiás (Luz, 2005). Nesse contexto de expansão rodoviária – a partir de Brasília – foi construída a BR-060 com o propósito de ligar as duas principais capitais da região Centro-Oeste.

Silva (1999 *apud* Silva, 2017) afirma que os efeitos resultantes da implementação das rodovias repercute uma crescente urbanização nas áreas por ela influenciadas. A urbanização, dentro de uma dimensão intra-urbana, estabelece diferentes padrões de apropriação e uso do solo, no qual se implementam diferentes formas de ocupação (Luz, 2005, p. 8257). As estradas, a partir da urbanização resultante, condicionam a reconfiguração de usos do solo e promovem alteração no modo de vida das populações (Silva, 1999 *apud* Silva, 2017).

A construção das rodovias incentivaram um processo de reorganização do espaço que resultaram na desarticulação de núcleos municipais anteriores a mesma, que se encontravam distantes da BR-060 e rearticulando novos núcleos municipais que se encontram a margem da rodovia (Araújo Sobrinho e Soares, 2012). A reconfiguração territorial resultante dos fluxos da rodovia desencadearam processos regionais e locais que reconfiguraram e reconfiguram o território municipal de Alexânia – GO (Silva, 2017).

Alexânia como destino turístico

O município de Alexânia está localizado na Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal (RIDE – DF). Sua sede está localizada nas coordenadas 16°04'12"S e 48°31'12"O. Está a uma altitude média de 1.100 metros, possui clima com características de clima tropical de altitude e relevo sem particularidades. É cortado pelos rios Areias, do Ouro e Corumbá. Faz limite com os municípios de Abadiânia, Corumbá de Goiás, Luziânia, Santo Antônio do Descoberto e Silvânia (IBGE, 2014). Sua sede se encontra a uma distância de 60 km da fronteira do Distrito Federal e 96 km da Região Administrativa do Plano Piloto, Brasília (figura 3).

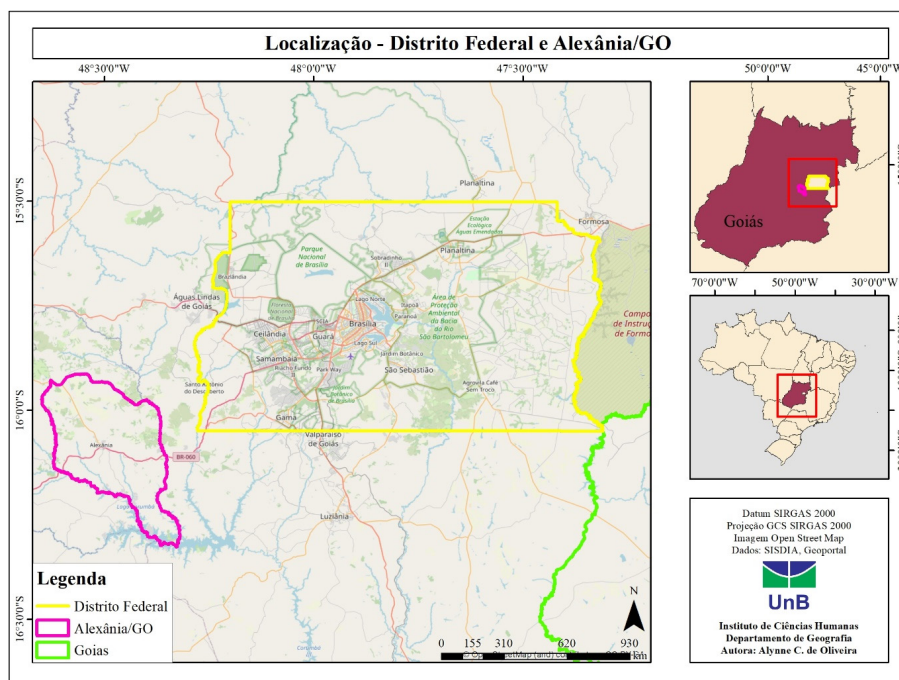


Figura 3 – Localização do município de Alexânia/GO

Fonte: Os autores (2023)

Os primeiros vestígios de ocupação na área que hoje é conhecida como município de Alexânia remontam ao Ciclo da Mineração no Século XVIII. Nesse período, foram estabelecidas fazendas destinadas à criação de gado bovino e à produção de alimentos para fornecer às cidades vizinhas de Santa Luzia (atual Luziânia) e Meia Ponte (hoje Pirenópolis). A construção da BR-060 teve um impacto significativo na estrutura social, política e econômica do município. Isso resultou na reorganização do antigo núcleo urbano e sede do município, que passou de Olhos D'Água para a recém-criada “nova cidade de Alexânia” (Araújo Sobrinho, 2008, p. 195).

Com a criação de Brasília, as oportunidades de crescimento comercial, imobiliário e industrial despertaram interesse na formação de um núcleo urbano às margens da BR-060, entre Anápolis e a Nova Capital (Prefeitura Municipal de Alexânia, 2017). A possibilidade de desenvolvimento econômico ao entorno da rodovia levou o prefeito Alex Abdallah a comprar um terreno próximo à estrada e loteá-lo, além de construir as estruturas que abrigariam as funções administrativas e, em 1963, a sede municipal foi legalmente transferida para Alexânia – seu nome é em homenagem ao idealizador e fundador Alex Abdallah (Silva e Araújo Sobrinho, 2018, p.53).

O novo loteamento atraiu um aumento no número de moradores que se estabeleceram ali para participar da construção da estrada. Alexânia rapidamente se tornou uma parada indispensável para os viajantes, oferecendo serviços como postos de combustíveis, restaurantes, hotéis e uma variedade de estabelecimentos comerciais (Araújo Sobrinho, 2008, p. 195).

A influência do Distrito Federal exerce um impacto significativo no município de Alexânia, principalmente no âmbito fundiário. É notável a compra de propriedades rurais por residentes do Distrito Federal em Alexânia, muitas vezes para estabelecer segundas residências ou para aproveitar como local de lazer (Araújo Sobrinho, 2008, p. 173). Segundo o autor, essa influência exercida pela capital sobre o município de Alexânia é um dos fatores que contribuem para a estruturação e consolidação do turismo no município, visto o elevado número de residências secundárias pertencentes aos moradores do Distrito Federal, o movimento pendular exercido por esse fluxo que envolve a rodovia BR-060 gera significativa parcela de renda gasta nos serviços e comércios do município.

O município conta com certa variedade de locais e modalidades exploradas pelo turismo, são exemplos o Lago Corumbá IV, os alambiques artesanais, hotéis fazenda e chácaras de finais de semana e o distrito de Olhos D'Água, além do artesanato produzido pela população local (Silva, 2017, p. 201). Sobre o turismo local, Araújo Sobrinho (2008) menciona que a oferta turística se encontra estabelecida devido à existência de órgãos públicos de gestão e de associações do setor privado que dão suporte ao desenvolvimento do setor.

Conforme já citado e será aprofundado posteriormente no texto, o Lago Corumbá IV exerce forte influência para a consolidação do turismo em Alexânia com os condomínios estabelecidos no entorno do lago, geralmente com residências adquiridas por moradores do Distrito Federal como segundas residências para fins de lazer (Silva, 2017, p. 202).

O distrito de Olhos D'Água, antiga sede municipal, também exerce grande influência turística no município. Há uma expressiva presença de residências secundárias provenientes da população do Distrito Federal (Silva, 2017, p. 202). Também pode ser citado a Feira do Troca, um projeto de arte e educação implementado por Laís Aderne no ano de 1974, na qual se constitui como um meio de divulgação e escoamen-

to de produtos artesanais e aquisição de bens industrializados. Os artesãos locais estão unidos em cooperativa, resgatando conhecimentos valiosos de uma história vivida (Araújo Sobrinho, 2008, p. 182).

Alexânia também conta com um polo cachaceiro, desenvolvido em parceria entre a prefeitura municipal e a Secretaria de Meio Ambiente, Turismo e Cultura, em vigor desde 2006, com o objetivo de atrair turistas motivados pela visita a alambiques, degustação e compra de cachaça (Araújo Sobrinho, 2008, p. 181). Entre os estabelecimentos de destaque podem ser citados o Alambique de Cachaça do Ministro e o Alambique Cambéba.

Ocupação e reestruturação do Lago Corumbá IV

Em Marx, a ideia de reestruturação é entendida como um conceito de sistemas que, segundo Lefebvre (1971, p. 102 *apud* Oliveira e Silva, 2008) constituem-se de “produtos, resultados de forças históricas (econômicas e sociais) que os fazem surgir, mas que, cedo ou tarde, os superam”.

As transformações no espaço rural ocorrem de acordo com a intensificação do capital nas atividades agropecuárias, essas seguem acompanhadas de mudanças no processo organizativo de trabalho e nos modos de consumo da sociedade, resultando na redefinição da divisão territorial do trabalho e na criação de novos espaços de produção, consumo e lazer (Antonello, 2009). Sendo assim, a reestruturação “implica fluxo e transição, posturas ofensivas e defensivas, e uma mescla complexa e irresoluta de continuidade e mudança” (Soja, 1993, p. 194 *apud* Antonello, 2009).

A idealização da edificação da Usina Hidrelétrica Corumbá IV (UHE Corumbá IV) surgiu de uma série de demandas regionais que culminaram na parceria entre os governos Federal, de Goiás e do Distrito Federal para a construção da usina, ficando sob responsabilidade da empresa privada Corumbá Concessões (Silva, 2017, p. 194). Após a confirmação da construção da usina, no ano de 2000, o mercado imobiliário se atentou a região ligada ao lago do reservatório, o que, segundo Santos (2012b), expressa um evento geográfico que transforma/produz uma realidade es-

pacial nova e, após essa nova realidade espacial produzida, o propósito de ocupação e uso do solo deixa de ser a atividade agropecuária e passa a ser o valor atribuído ao corpo hídrico (Silva, 2017, p. 138).

O início da obra do reservatório da UHE Corumbá IV se deu entre os anos de 2002 e 2005, tendo suas operações iniciadas no dia 01 de abril do ano de 2006, no município de Luziânia, Goiás, onde se localiza a usina (Castro, 2014, p. 2). A gestão da usina fica sob responsabilidade da empresa Corumbá Concessões, onde a mesma possui concessão para exploração energética por 35 anos, com datação de início no ano 2000 (Corumbá Concessões, 2016).

O reservatório da UHE Corumbá IV abrange os municípios de Abadiânia, Alexânia, Silvânia, Corumbá de Goiás, Santo Antônio do Descoberto, Novo Gama e Luziânia (figura 4). O reservatório ocupa uma área de 173,3 km², tem um perímetro de cerca de 783,7 quilômetros com capacidade de acumular 3,8 trilhões de litros d'água (Corumbá Concessões, 2016) e possui uma Área de Preservação Permanente (APP) de 100 m, totalizando, aproximadamente, 8.900 hectares, próxima a 560 glebas remanescentes da expropriação em decorrência da implementação do lago (Castro, 2014, p. 2).

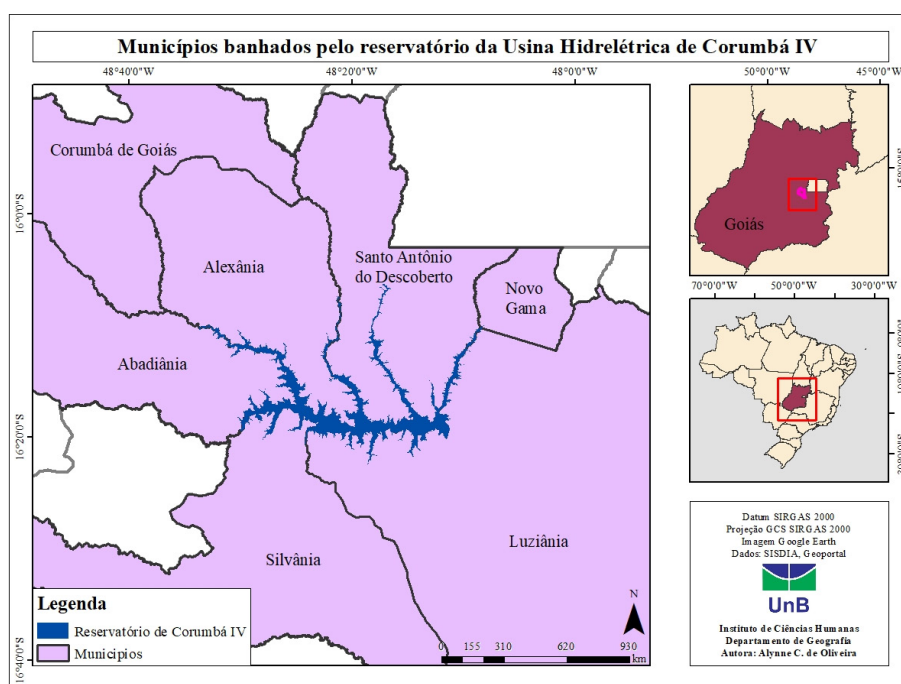


Figura 4 - Abrangência do reservatório

Fonte: Os autores (2023)

O reservatório possui funções múltiplas, abrangendo o abastecimento de água da microrregião do Entorno e do Distrito Federal e a geração de energia elétrica com produção de 129,6 megawatts, fornecendo 15% da demanda total da capital federal (Silva, 2017, p. 194). Além do abastecimento e geração de energia elétrica, o reservatório também engloba funções econômicas e sociais, como o desenvolvimento do turismo, desfrute do lazer por moradores e turistas e dessedentação de animais (Castro, 2014, p. 2).

O Lago Corumbá IV foi criado pelo decreto nº 6.442 de 12 de abril de 2006 e hoje é gerido pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos – Semarh (Silva e Oliveira, 2009, p. 7). Este se constitui no objeto de maior alteração da dinâmica de seu entorno, visto que é por ele que surgem novos interesses de antigos moradores, empreendedores do turismo, mercado imobiliário, visitantes ou turistas (Castro, 2014, p. 2).

Nota-se que a construção das capitais Goiânia e Brasília e a implementação da rodovia BR-060 rompeu com um isolamento dos municípios interioranos goianos. Posto isso, segundo Araújo e Soares (2012) com esse novo fluxo influenciado pela rodovia se descobriu “atrativos culturais e naturais representados pela cultura goiana e dos centros históricos coloniais ainda não alterados pela modernidade, pela existência de grandes bacias hidrográficas e inúmeros rios encachoeirados e propícios ao banho e contemplação” sucedendo no surgimento dos primeiros fluxos turísticos originários do Distrito Federal para as cidades goianas do entorno.

O Estado atuou como um agente ativo na desapropriação das terras que seriam submersas pelo lago, pois a desocupação dessas áreas resultou na reconfiguração do território dos municípios afetados. Antes dedicadas à agropecuária familiar, essas terras foram redirecionadas para atividades de lazer e descanso. A desapropriação obrigou os pequenos agricultores que ali viviam a aceitar a indenização oferecida pela empresa responsável pela obra (Silva, 2017, p. 138). Na porção mais ao sul do município de Alexânia se iniciou um processo de decadência da agricultura anteriormente desenvolvida *in loco* levando a um novo processo de desocupação das pequenas propriedades rurais da região, em virtude do assédio imobiliário com a finalidade de implementar condomínios residenciais (Silva, 2017, p. 138).

A paisagem, definida por Santos (1988) como “o domínio do visível, aquilo que a vista abarca, formada não apenas de volumes mas também de cores, movimentos, odores, sons etc”, se apresenta como um conjunto heterogêneo de formas naturais e artificiais formada por frações de ambas, em seu tamanho, volume, cor, utilidade ou qualquer outro critério. A complexidade da vida em sociedade sugere uma multiplicidade de funções que atuam sobre as formas e atores, as diversificando, ou seja, quanto mais complexa se torna a vida social, mais nos distanciamos de um mundo natural e nos encaminhamos a um mundo mais artificial. O autor afirma adiante que “uma paisagem é uma escrita sobre a outra, é um conjunto de objetos que têm idades diferentes, é uma herança de muitos diferentes momentos”. Por conseguinte, o processo de reconfiguração/reestruturação territorial promove a reescrita da paisagem, sobrepondo novas dinâmicas e realidades sobre as formas e atores.

A ideia de uma vida bucólica, próxima à natureza, a vislumbra de uma “paisagem natural”, fugindo da correria dos movimentos urbanos desperta ao morador dos municípios próximos ao Lago Corumbá IV, principalmente do Distrito Federal, o desejo de se adquirir uma residência as margens do reservatório (figura 5). Castro (2014) destaca que o processo de ocupação ao redor do lago ocorre de maneira intensa, fortemente influenciado pela entrada do capital imobiliário na região. Este capital promove o parcelamento de terras em loteamentos abertos e condomínios de segunda residência, transformando a paisagem e tornando-a cada vez mais artificial. Assim também afirma Silva (2017, p. 138) “a paisagem no entrono do lago vem sendo rapidamente transformada pela instalação de hotéis fazenda e dezenas de condomínios fechados”, a autora expõe que a maioria dos proprietários das residências mora nas áreas urbanas de Brasília e Alexânia e as utilizam normalmente para descanso aos fins de semana e feriados, efetivando um processo de vilegiatura na região.



Figura 5 – Anúncio de lote a venda no Auto Posto Medalhão – entrada do município de Alexânia – GO

Fotografia dos autores (2023)

A figura 6 apresenta uma análise multitemporal, com dados obtidos a partir do site MapBiomas. As áreas urbanizadas são representadas pela cor vermelha. No ano de 2004, anterior a inundação da área, nota-se a inexistência de qualquer avanço urbano, sendo esse cenário perpetuado até após a inundação da área, no ano de 2005. Os primeiros sinais de impermeabilização do solo ocorrem no ano de 2011, sendo possível notar ao noroeste da terceira imagem. No ano de 2013, começam a surgir ocupações ao sul do município. Em 2015 surge uma mancha expressiva representando uma avanço significativo dos condomínios na área. Nos anos seguintes, até a última imagem do ano de 2022, é possível notar um pequeno avanço das áreas urbanizadas na margem leste da porção de terra pertencente ao município de Alexânia, enquanto as manchas urbanizadas no lado oeste se mantêm regulares.

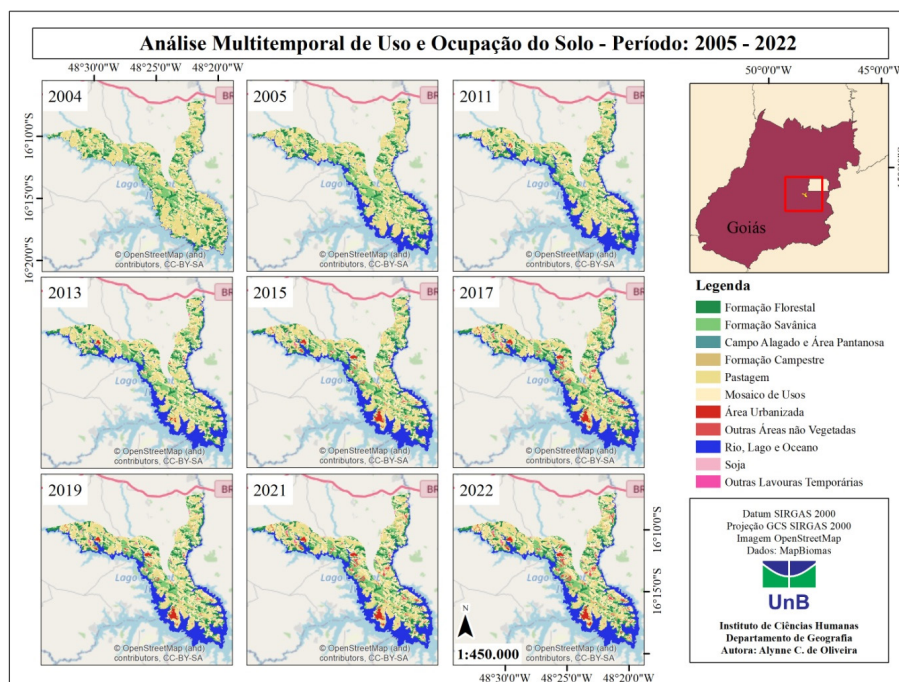


Figura 6 – Análise Multitemporal

Fonte: Os autores (2024)

Impactos ambientais, sociais e econômicos

Reservatórios de uso múltiplo se caracterizam por possuir atividades correlacionadas e complementares, relacionadas à geração de energia, agropecuária, turismo entre outras, atividades essas que apresentam certo potencial econômico e que suscitam interesses variados em diferentes grupos, desencadeando conflitos de uso em diversos níveis de proximidade e nas instâncias normativas regulatórias do reservatório e de sua Área de Preservação Permanente - APP (Castro, 2014, p. 1). Levando em consideração as especificidades que há nas funções definidas para reservatórios, os usos por diferentes esferas devem considerar o desenvolvimento econômico e o respeito ao meio ambiente e, ainda sobre essa questão, a autora afirma que, na perspectiva dialética, se deve haver o “reconhecimento da contradição entre o desenvolver e o preservar, enquanto pares antagônicos e complementares.”

Segundo Silva (2017, p. 196) a implementação da Usina Hidrelétrica Corumbá IV contribui para o crescimento econômico do município de Alexânia – GO uma vez que a ocupação do entorno pelo ato de *vilegiar* estimula investimentos por parte do mercado imobiliário. Nesse âmbito, as segundas residências e outras instalações relacionadas ao lazer

e a recreação impulsiona o fortalecimento do comércio da região. Por fim, a autora acrescenta que o crescimento econômico também reflete na arrecadação de impostos municipais, fornecendo recursos para ser investidos em outras áreas de gestão.

Em contrapartida, a construção da barragem do Corumbá IV ocasionou em transformações no ambiente físico da região, visto que a mesma provoca deformações no curso do rio e na paisagem local, além dos impactos sociais, culturais e econômicos provocados por essas transformações (Silva; Oliveira; Silva, 2009). Com a formação do reservatório, partes interessadas como a concessionária gestora da APP, empresários relacionados ao setor turístico e autoridades ambientais voltam sua atenção para a área (Castro, 2014, p. 141).

A ocupação da margem da represa de modo desordenado por condomínios (figura 7) acaba por gerar uma série de problemas ambientais, como destaca Freitas (2014) alguns dos impactos causados por essa ocupação: impermeabilização do solo, alterações na topografia, erosão das margens e assoreamento dos cursos d'água, perda das matas ciliares, diminuição da biodiversidade, aumento do escoamento superficial etc.



Figura 7 – Residências na margem do Lago Corumbá IV em Alexânia – GO

Fotografia dos autores (2023)

O Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatórios Artificiais – PACUERA é um instrumento de planejamento e gestão das áreas que circundam os reservatórios artificiais, se

apresenta como um estudo ambiental com o objetivo de promover a conservação da qualidade da água e a manutenção da vida útil do reservatório (CPRH, 2019). Foi estabelecido na Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, art. 5º, § 1º que dispõe:

Na implantação de reservatórios d'água artificiais de que trata o caput, o empreendedor, no âmbito do licenciamento ambiental, elaborará Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório, em conformidade com termo de referência expedido pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, não podendo o uso exceder a 10% (dez por cento) do total da Área de Preservação Permanente. (Brasil, 2012).

O PACUERA se apresenta como um documento de consulta, junto ao Plano Diretor municipal, no momento em que há a indicação de algum empreendimento no entorno do reservatório (Freitas, 2014, p. 26). Porém, afirma Castro (2014), devido ao fato de que o funcionamento efetivo do PACUERA depende de esforços políticos, o mesmo tem sido pouco assimilado pelos municípios.

Devido essa baixa assimilação, há diversas irregularidades provocadas por invasões a APP do lago. O caráter de uso múltiplo e a ocupação desordenada da margem do lago revela a realidade atual de uso da represa, desrespeitos em relação às normas e impactos causados por estes despertam a atenção da concessionária responsável, que vem identificando diversos problemas na APP (Freitas, 2014, p. 31). Castro (2014) identifica que as ocorrências estão “diretamente ligadas ao crescimento descontrolado porque os empreendedores não buscam a legalização dos empreendimentos para fins de licenciamento dos condomínios de segunda residência, o mesmo ocorre com os loteamentos que surgem em ritmo acelerado no entorno do reservatório”.

A autora apresenta que as principais ocorrências se relacionam a abertura de estradas, na qual, segundo o PACUERA, só podem ser construídos com a permissão da concessionária Corumbá Concessões, que dispõe de analistas ambientais que auxiliam na elaboração do projeto e acompanham sua execução, há a atenção para que o acesso não se torne um canal de escoamento de água, com o risco de provocar erosões e assoreamento. Além da invasão da APP para a abertura

de acessos coma finalidade de chegar ao espelho d'água, ainda há o desmatamento da área de preservação permanente com a finalidade de aumentar os lotes residências, avançando a área com cercamentos e construções de alvenaria.

A implementação de condomínios residenciais de segunda residência representam uma variável que necessita de total atenção devido ao seu crescimento acelerado e poder de transformação do território (Castro, 2014, p. 182). A ocupação demanda por uma infraestrutura que, se realizada de forma que não considere as especificidades da paisagem física, resulta em danos tanto ao meio ambiente quanto a população que depende da mesma. O planejamento e gestão do território se faz altamente necessário em tais situações, porém, quando há a omissão dos governantes e gestores, a realidade vivida se torna bem diferente da realidade idealizada.

Considerações Finais

O presente artigo visou apresentar análise sobre como o fenômeno de vilegiatura promove alterações de uso e ocupação do solo no entorno do Lago Corumbá IV no município de Alexânia – GO. Partindo da concepção de que a paisagem é dinâmica e se modifica ao modo em que diferentes tempos se sobrepõem promover essa análise é fundamental para compreender os efeitos de diversas atividades, em especial a vilegiatura sobre o uso do solo. O artigo desenvolveu a análise multitemporal utilizando o sensoriamento remoto, o que comprova a hipótese de que a vilegiatura promove uma (re) organização do território no município de Alexânia.

Centrada em estudar os efeitos da atividade de vilegiatura no entorno do Lago Corumbá IV em Alexânia – GO objetivou-se indicar os estímulos que levaram ao grande avanço imobiliário na região, atendendo a isso, conclui-se que a construção da capital do estado de Goiás, Goiânia, junto à criação da capital federal no Centro-Oeste e a implantação da rodovia BR-060, intensificaram os fluxos na região, estabelecendo um eixo de desenvolvimento ao longo da rodovia, que promoveu mudanças territoriais ao longo do mesmo. Nesse contexto, o município de Alexânia – GO teve sua sede municipal alterada para

próximo à rodovia, se tornando um ponto de parada para os viajantes que percorriam a BR. A criação do Lago Corumbá IV a concepção de uma vida bucólica atraiu o financiamento imobiliário com a finalidade de implantar condomínios residenciais com o propósito de lazer, reestruturando a paisagem da região.

Contextualizar a atividade turística de segunda residência no município também se fez um dos objetivos deste artigo, sendo assim foi necessário contextualizar a história do turismo e seus efeitos sobre o território, assente nisso, é concludente que o turismo associado à reprodução do capital no espaço tem o poder de modificar o território, dessa forma, o turismo de segunda residência concatenado a atividade de vilegiatura possui grande capacidade de moldar o espaço, visto a aplicação do capital imobiliário. O avanço imobiliário representou um grande atenuante do turismo de segunda residência no município de Alexânia – GO, mas, além disso, o distrito de Olhos d'Água também exerce grande influência no que diz respeito à presença de residências de vilegiatura no município, visto sua natureza histórica, centrada em ser a antiga sede municipal. Segundo a pesquisa, a população do Distrito Federal representa massiva parcela de proprietários de segundas residências no município.

Pretendeu-se também analisar os efeitos socioambientais da atividade de vilegiatura sobre a região costeira do lago, devido a sua natureza de uso múltiplo, o lago possui atividades relacionadas ao lazer, agropecuária, além da geração de energia e abastecimento. A ocupação no entorno do lago, por muitas vezes desrespeita as normas estabelecidas no Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatórios Artificiais – PACUERA e as normas regulatórias da Área de Preservação Ambiental – APP. Impermeabilização do solo, alterações na topografia, assoreamento, erosão, desmatamento da mata nativa, poluição dos cursos d'água são alguns dos riscos e efeitos causados pela ocupação desordenada da margem do lago por residências destinadas ao lazer. Faz-se necessário aos gestores, junto ao Estado, aplicação de políticas públicas eficientes que visam à preservação da margem e do espelho d'água.

Sendo assim, a atividade de vilegiatura se apresenta como um agente ativo na transformação da paisagem no entorno do Lago Corumbá IV, modificando o uso e ocupação do solo. O que antes se destinava principalmente ao uso agropecuário, hoje se tornou uma opção de lazer para os moradores dos municípios que circundam o lago, principalmente para os moradores do Distrito Federal, que buscam na residência a beira lago a tranquilidade da vida rural, junto ao lazer associado às atividades aquáticas. Faz-se necessário, devido ao avanço da atividade de vilegiatura, a aplicação mais efetiva de políticas públicas que visam regular a ocupação do território, de modo a não causar danos socioambientais não reversíveis.

Referências

- AMBRÓZIO, Júlio. Viagem, Turismo, Vilegiatura. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, nº 18, p. 105-113, 2005.
- ANDRÉ, João Luís de Sousa. **O Perfil do Consumidor de Turismo de Natureza no Maior Lago Artificial da Europa**. 2012. 322 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Motricidade Humana, 2012.
- ANTONELLO, Ideni Terezinha. **Reestruturação produtiva no espaço rural: forjando mutações nas relações urbano-rurais**. Relações Campo-Cidade Temas & Matrizes, n. 16, p. 24-51, 2009.
- ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz. **Turismo e dinâmica territorial no eixo Brasília-Goiânia**. 2008. 447 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.
- ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz; SOARES, Beatriz Ribeiro. Turismo e transformações espaciais no eixo Brasília-Goiânia/Brasil. **OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia**, v. 4, nº 11, p. 101-122, out. 2012.
- BRASIL, **Lei Complementar nº 1.004/2008, de 19 de Junho de 2008**. Altera dispositivos da Lei Complementar nº 988 de 07 de Março de 2008, que dispõe sobre a Zona Rural de Especial Interesse Turístico e

Ambiental e cria a modalidade de condomínios urbanísticos de unidades com gestão autônoma. Gabinete do Prefeito Municipal de Alexânia, Estado de Goiás, 19 jun. 2008.

BRASIL, **Lei nº 12.651, de 25 de Maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, 25 de maio de 2012; 191º da Independência e 124º da República.

CASTRO, Marinez Caetano de. **Território usado e a produção social do turismo na Usina Hidrelétrica Corumbá IV**. 2014. 193 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2014.

CORIOLOANO, Luzia Neide; VASCONCELOS, Fábio Perdigão; FERNANDES, Laura Mary Marques (orgs.). **Turismo e Prática de Responsabilidade Socioambiental**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2017.

CORUMBÁ CONCESSÕES. **História**. Disponível em: <https://www.corumbaconcessoes.com.br/uhe-corumba-iv/a-historia/>. Acesso em: 4 mar. 2023.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Introdução à geografia do turismo**. 2. ed. São Paulo: Roca, 2003.

DEURA – Diretoria de Estudos Urbanos e Ambientais, CODEPLAN. **Alexânia – GO**. Disponível em: <https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Estudo-Urbano-e-Ambiental-de-Alex%C3%A2nia-GO-2018-08.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2023.

FIGUEIREDO, Silvio Lima; AZEVEDO, Francisco Fransualdo de; NÓBREGA, Wilker Ricardo de Mendonça (org.). **Perspectivas contemporâneas de análise em turismo**. Belém: NAEA, 2015.

FREITAS, Vanêssa Aquino de. **O desafio da ocupação territorial da Área de Preservação Permanente – APP, do reservatório da UHE Corumbá IV**. Monografia (Pós-graduação Lato Sensu em Análise Ambiental e Desenvolvimento Sustentável) – Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento ICPD, Centro Universitário de Brasília. Brasília, p. 60, 2014.

GOIÁS. **Sistema Estadual de Geoinformação**. Disponível em: https://www.imb.go.gov.br/index.php?option=com_sppagebuilder&view=page&id=8&Itemid=130. Acesso em: 20 jan. 2023.

GOMES, Iara Rafaela. **Vilegiatura além da metrópole: urbanização em Tibau (RN)**. 2013. 288 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2013.

IBGE. **Cidades e Estados – Alexânia**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/go/alexania.html>. Acesso em: 23 jan. 2023.

LUZ, Janes Socorro da. O eixo Goiânia-Brasília e as novas dinâmicas territoriais. In: **Encontro de Geógrafos da América Latina**, 10., 2005, São Paulo. Anais [...] São Paulo: 2005, p. 8252-8264.

MACHADO, Felipe da Silva. Desenvolvimento rural e reestruturação espacial na interação rural-urbana: considerações teóricas. **Geografias**, p. 122-130, julho-dezembro de 2012, Belo Horizonte.

MENDES, Luís. O Turismo na Produção Social do Espaço Rural Contemporâneo: Novas Procuras e a Emergência da Nobilitação Rural. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, Lisboa, nº 13/14, p. 655-663, 2010.

OLIVEIRA, Paulo Roberto Abreu de. **Vilegiatura e urbanização em cidades serranas do Nordeste brasileiro**. 2018. 229 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2018.

OLIVEIRA, Rafael Fabrício de; SILVA, Paulo Diego D'Ovídio. A reestruturação do espaço Geográfico de Venda Nova do Imigrante - ES pelo turismo: ênfase sobre as atividades realizadas no espaço rural. In: **EGAL 2009 - Eixo Temático 8: Mobilidade da população e identidade cultural**. A territorialização turística: centros e circuitos; impacto e desenvolvimento. 2009.

CPRH. **PACUERA**. Disponível em: <https://www2.cprh.pe.gov.br/publicacoes-e-transparencia/pacuera/>. Acesso em: 20 abr. 2024.

PORTAL Férias – **Alexânia**. Disponível em: <https://www.ferias.tur.br/cidade/2056/alexania-go.html>. Acesso em: 20 jan. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEXÂNIA. **História**. Disponível em: <https://www.alexania.go.gov.br/municipio/historia>. Acesso em: 30 out. 2023.

SANTOS, Milton, 1926-2001. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton, 1926-2001. **A Urbanização Brasileira**. 5. ed., 5. Reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia**. 6. ed., 3. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE GOIÁS. **Plano Diretor do Município de Alexânia**. Goiânia, 2016.

SILVA, Boanerges Candido da; SILVA, Maclovia Correa da. Demandas turísticas, crescimento da malha urbana e dos problemas sócio-ambientais em Pirenópolis, Estado de Goiás, decorrentes da proximidade com Brasília-DF. **PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 9, nº 2, p. 367-381, 2011.

SILVA, Edilene Américo. **A reconfiguração territorial de Alexânia (Goiás) a partir do eixo Brasília-Goiânia**. 2017. 268 f. Tese (Doutorado) - Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2017.

SILVA, Edilene Américo; SOBRINHO, Fernando Luiz Araújo. Historiografia de “Olhos d’Água” em Alexânia (GO) e sua relação com a Feira do Troca como elemento de afirmação cultural comunitária. **Revista Nós: Cultura, Estética e Linguagens**, v. 03, nº 02, p. 52-67, ago. 2018.

SILVA, Elisângela Aparecida Machado da; SOBRINHO, Fernando Luiz Araújo; FORTES, José Augusto Abreu Sá. A importância geoestratégica do Aeroporto Internacional de Brasília no desenvolvimento do turismo regional. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 15 n. 3., p.303-316, dez. 2015.

SILVA, Ivailda Salviano da; OLIVEIRA, Silbene Ferreira Cardoso de; SILVA, Elaine Barbosa da. **Impactos ambientais causados pela Hidrelétrica Corumbá IV**. 2009. 19 f. Artigo (Especialização) – Faculdade Católica de Anápolis, 2009.

SMITH, Neil. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, nº 21, p. 15-31, 2007, São Paulo.

SOUSA, Diogo Diniz de. **O uso do território e suas homogeneizações e heterogeneizações na política de turismo na Região Turística de Brasília**. 2018. 199 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Departamento de Geografia, 2018.

SOUZA, Luis Henrique; PENA, Luiz Carlos Spiller; MOESCH, Marutschka Martini. Conhecimento e sinergia como indutores da inovação regional em turismo: o caso do Observatório do Turismo no Distrito Federal (Brasil). **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. São Paulo, 11(1), p. 19-38, jan./abr. 2017.

TELES, Reinaldo. **Fundamentos geográficos do turismo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

Alynne Cardoso de Oliveira

Bacharela e Licenciada em Geografia pela Universidade de Brasília. Mestranda em Geografia pelo Programa de Pós-graduação da UnB (PPGGEA). Possui experiência nas áreas de Geoprocessamento, Planejamento Urbano e Ambiental. Atualmente

atua como assessora de Assistência Técnica e Extensão Rural. Integrante do GECIPA - Grupo de Pesquisas CNPq/UnB - Cidades e Patrimonialização na América Latina e Caribe.

QC 01, Conjunto O, Cep: 72535-150, Santa Maria, Brasília, DF, Brasil

E-mail: alynne_cardoso@live.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-2651-4358>

Fernando Luiz Araújo Sobrinho

Graduado em Geografia Licenciatura Plena pela Universidade Federal de Uberlândia (1993), graduação em Geografia Bacharelado pela Universidade Federal de Uberlândia (1995), mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília (1998) e doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (2008). Atualmente é professor titular da Universidade de Brasília, Chefe de Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, Programa de pós-graduação em Geografia da Universidade de Brasília.

Universidade de Brasília, GEA Departamento de Geografia.

CSS 591 A CSS 612 modulo 23 subsolo - ICC Ala Norte, Cep: 70910-900, Brasília, DF - Brasil

E-mail: flasobrinho@unb.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1815-8677>

Recebido para publicação em fevereiro de 2025.

Aprovado para publicação em dezembro de 2025.